

ICMBio

Edição 440 - Ano 10 - 06 de outubro de 2017

em foco

Brasil tem mais três UCs declaradas Sítios Ramsar

PÁGINA 02

Servidores já podem se
inscrever para Operação
Integração

PÁGINA 04

Projeto de energia solar
chega às Resex Ituxi e
Médio Purus

PÁGINA 06

CR 6 promove IV
Encontro de Chefes de
UCs Vinculadas

PÁGINA 14

Brasil tem mais três UCs declaradas

Sítios Ramsar

A proteção às áreas úmidas brasileiras acaba de ganhar reforço. Três unidades de conservação (UCs) – duas federais e uma estadual – que abrangem municípios dos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul foram designadas como Sítios Ramsar. No total, o Brasil passa a ter, a partir de agora, 22 áreas úmidas com esse título.

A Área de Proteção Ambiental (APA) Cananéia-Iguape-Peruíbe, em São Paulo, o Parque Nacional de Ilha Grande, entre o Paraná e Mato Grosso do Sul, ambos geridos pelo Instituto Chico Mendes, e uma parcela significativa da APA de Guaratuba, administrada pelo governo estadual do Paraná, receberam a designação internacional de Sítio Ramsar no último mês de setembro.

A Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional, ou Lista de Ramsar, é o instrumento adotado pela Convenção Ramsar – tratado internacional aprovado em encontro realizado na cidade iraniana de Ramsar – para atingir o objetivo de promover a cooperação entre países na conservação e no uso racional das zonas úmidas no mundo, de acordo com o reconhecimento da sua importância ecológica e dos seus valores social, econômico, cultural, científico e recreativo.

O título de Sítio Ramsar proporciona aos ambientes úmidos maior visibilidade e acesso a benefícios financeiros ou relacionados à assessoria técnica para ações de conservação e uso sustentável. Confere, ainda, prioridade na implementação de políticas governamentais e reconhecimento público, tanto por parte da sociedade como por parte da comunidade internacional.

O conceito de zona úmida considera toda extensão de pântanos, charcos e turfas, ou superfícies cobertas de água, de regime natural ou artificial, permanentes ou tempo-

rárias, contendo água parada ou corrente, doce, salobra ou salgada. Abrange, inclusive, represas, lagos, açudes e áreas marinhas com profundidade de até seis metros, em situação de maré baixa.

Saiba mais sobre os Sítios Ramsar do Brasil clicando aqui: <https://goo.gl/UUxJ7B>.

APA CANANÉIA-IGUAPE-PERUÍBE

A APA Cananéia-Iguape-Peruíbe foi criada pelo Decreto 90.347/1984, declarando Área de Proteção Ambiental regiões situadas nos municípios de Cananéia, Iguape, Peruíbe, Itariri e Miracatu e Ilha Comprida, no Estado de São Paulo. A região apresenta manguezais, restingas, estuários, rios, lagoas, planícies costeiras, cachoeiras e ilhas costeiras e marinhas. Está inserida e integra um importante contínuo de Mata Atlântica e ecossistemas associados, na biorregião da Serra do Mar, com grande presença de manguezais e remanescente importante do bioma.

Os manguezais da APA são de vital importância para a região, sendo base econômica e social da região estuarino-lagunar, classificada como Zona de Vida Silvestre da Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe, cuja preservação deve ser assegurada pela APA.

A área possui restrições com relação às atividades antrópicas que possam desencadear alterações das condições ecológicas locais, especialmente na Zona de Vida Silvestre, onde habitam espécies como o papagaio-de-cara-roxa, a onça-pintada, o jacaré-de-papo-amarelo e peixes como o caçã, a manjuba, a tainha e o boto.

PARQUE NACIONAL DA ILHA GRANDE

O Parque Nacional da Ilha Grande está localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Paraná,

na divisa dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, sobre o arquipélago fluvial de Ilha Grande. Abrange nove municípios: Guaíra, Altônia, São Jorge do Patrocínio, Alto Paraíso e Icaraíma, no estado do Paraná, e Mundo Novo, Eldorado, Itaquirai e Naviraí, no Mato Grosso do Sul. Possui mais de 78 mil hectares inseridos no complexo ecossistema que integra o Corredor de Biodiversidade do Rio Paraná. Foi criado pelo Decreto s/nº de 30 de setembro de 1997.

A região é caracterizada pela existência de sítios históricos e arqueológicos. Configura-se no último trecho livre de represamento do Rio Paraná e apresenta um cenário dominado por lagos, lagoas e cerca de 300 ilhas e ilhotas, com rica biodiversidade. O relevo é plano e a vegetação, rasteira, com a presença de figueiras, ingás e paus-d'alho. Na fauna, destacam-se aves como o colhereiro, o mutume e o jaburu, mamíferos como a onça-pintada, o tamanduá-bandeira e a anta, e répteis como o ameaçado jacaré-do-papo-amarelo. Além disso, suas águas estão repletas de peixes, como o jaú, o dourado e o pacu.

APA DE GUARATUBA

O Sítio Ramsar Guaratuba, localizado no município com mesmo nome, possui cerca de 40 mil hectares e está localizado na APA de Guaratuba, criada pelo Decreto Estadual 1.234, de 27 de março de 1992. A região apresenta um potencial particular para o turismo, com suas serras com campos de altitude, rios, cachoeiras, represas, baía, planícies costeiras, manguezais e sítios arqueológicos.

A fauna do Sítio inclui a lontra, a paca, o ouriço e o bicudinho-do-brejo (*Stymphalornis acutirostris*), espécie descoberta em 1995 que conta somente com algumas populações isoladas entre os litorais dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

APA Cananéia-Iguape-Peruíbe: novo Sítio Ramsar

Servidores já podem se inscrever para Operação Integração

Servidores do ICMBio já podem se inscrever no Recrutamento para Participação em Ações Ambientais (RECRAM) - Operação Integração, que acontece em unidades de conservação (UCs) federais na Amazônia.

O formulário está disponível online (<https://goo.gl/LSz8Us>) e poderá ser preenchido a qualquer momento pelo servidor. "No entanto, solicitamos que tão logo haja interesse o servidor preencha o RECRAM para facilitar a seleção dos perfis e organização das equipes", explica o coordenador de Fiscalização (Cofis), André Alamino. O servidor pode escolher o período de participação (outubro, novembro ou dezembro) e a quantidade de dias (de 1 a 5; 6 a 20 ou mais de 20 dias) que serão disponibilizados para ações de fiscalização ambiental.

É possível contribuir nas mais diversas áreas: coordenador da ação; agente de fiscalização; apoio técnico especializado (formulação de laudos e pareceres técnicos); apoio administrativo (processos, relatórios); apoio logístico (acampamento, transporte) e apoio em geoprocessamento. O servidor também pode indicar outras habilidades relacionadas a ações de fiscalização, como habilitação para conduzir veículos terrestres e aquáticos, autorização institucional para condução de veículo oficial, se é fiscal portariado e se possui porte de arma institucional.

Quem possui algum tipo de restrição (alimentar, dificuldade de locomoção, necessidade de medicação, problemas de saúde, etc) também deve fornecer as informações ne-

cessárias no ato da inscrição. Depois disso, o servidor e sua chefia imediata receberão automaticamente uma mensagem confirmando a inscrição. O chefe terá o prazo de vinte dias para indeferir a participação (caso contrário, o servidor será considerado autorizado). É importante lembrar que a inscrição não implica a participação do servidor, que dependerá de cada etapa da operação.

As dúvidas podem ser sanadas pela equipe da Cofis nos ramais 9786 (Danielle Tsufa) e 9302 (Éder Moraes).

SERVIDORES DA DIPLAN

Os servidores lotados na Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (Diplan) não devem preencher o RECRAM. Eles serão indicados pela Diplan em cada etapa conforme necessidade de atividades administrativas e outras que podem ser necessárias. A Cofis será responsável por solicitar o número e o perfil de participantes.

OPERAÇÃO INTEGRAÇÃO

A Operação Integração faz parte de um grande esforço do ICMBio para coibir o desmatamento na região da Amazônia (Amazonas, Maranhão, Pará e Rondônia) junto a gestores das unidades, coordenadores regionais e Coordenação Geral de Proteção (CGPRO). É uma ação conjunta que dura de setembro a dezembro e que contará com o apoio de órgãos como Ibama, Polícia Militar, Polícia Federal, Aeronáutica, entre outros.

INTEGRE-SE AO TIME QUE PROTEGE A AMAZÔNIA



Todos juntos pela Amazônia!

Chamada de voluntários para atuar contra o desmatamento entre os meses outubro e dezembro nas Unidades de Conservação do Amazonas, Pará, Rondônia e Maranhão. Faça parte desse time! Se cadastre no [Recram!](#)

Projeto de energia solar chega às Resex Ituxi e Médio Purus

Usar energia elétrica de fonte limpa, com redução do óleo diesel e gasolina, para aumentar a produção das Reservas Extrativistas (Resex). Esse é o objetivo do Projeto Resex Produtoras de Energia Limpa, uma iniciativa do WWF e do Instituto Chico Mendes.

No mês de setembro, foram instalados quatro sistemas da primeira fase do projeto, todos nas Resex situadas em Lábrea (AM), a Ituxi e a Médio Purus. O município registra os maiores índices de desmatamento do estado do Amazonas e, nacionalmente, ocupa a 3ª posição neste ranking.

“Por isso é fundamental o fortalecimento das organizações sociais e o apoio à produção extrativista como forma de ampliar a renda dos moradores locais, evitando novos desmatamentos para produção de madeira ilegal ou criação de gado”, afirma Mara Nottingham, coordenadora de Articulação de Políticas para Comunidades Tradicionais do ICMBio.

RESEX ITUXI

A escolha dos sistemas elétricos com energia solar fotovoltaica para uso produtivo foi feita pelas associações extrativistas. Na comunidade Volta do Bucho (Resex Ituxi), que fica a 200 km de distância da sede do município, ou no mínimo 6 horas de barco rápido (voadeira), foram instalados três sistemas. Um para bombeamento de água de poço, um para refrigeração e outro para uso de equipamentos produtivos.



Sistema permite bombear água do rio para as casas dos moradores

A comunidade aposta no açaí como um potencial importante na região. Por isso, a primeira máquina que funcionou na comunidade com energia solar foi uma despoldadeira. “Nós preparamos a sede da nossa associação com uma área específica para trabalhar com o açaí, onde ficará a despoldadeira e o freezer. Hoje só usamos açaí para consumo próprio, pois é muito perecível e não resiste até chegar à sede do município”, explica Irismar Monteiro Duarte, um dos líderes da Associação dos Moradores Agroextrativistas da Resex Ituxi.

Quando a despoldadeira não estiver em uso, a energia solar será usada pelo agente

de saúde local, que faz o controle da malária através de microscópio, além de outros fins comunitários, como rádio e carregamento de celulares, por exemplo.

Já com o sistema de bombeamento, toda a comunidade poderá ter água para uso individual e coletivo, além da limpeza de açaí e mandioca para produção. Os moradores deverão concluir uma rede de distribuição da água para todas as casas. Com isso, ganharão qualidade de vida e mais tempo, já que não terão que lavar roupa e louça no rio.

MÉDIO PURUS

Na Resex Médio Purus, onde há 97 comunidades e mais de 5.500 moradores, foi instalado o segundo sistema solar do projeto. O sistema faz o bombeamento de água de rio na Comunidade Jurucuá, situada a duas horas da sede (em barco rápido).

Com apoio da prefeitura, os moradores construíram uma casa de farinha flutuante, onde instalaram o sistema de bombeamento. Muita gente da comunidade não acreditava que, com energia do sol, seria possível bombear a água do rio para até 50 metros de distância, armazenando-a numa caixa d'água que está seis metros de altura acima da média das casas. “Quando ouvimos o som da água na caixa foi uma emoção muito grande”, relata o gestor do ICMBio responsável pela Resex Médio Purus, José Maria Ferreira de Oliveira.

Nesse sistema foi instalada uma tecnologia social desenvolvida por um morador de Lábrea. Francisco Brito Junior criou um filtro submerso – onde é acoplada a bomba d'água – que pode ser enterrado no leito do rio nas áreas de praia ou fixado em estruturas flutuantes nas regiões de barranco ao longo do rio. A segunda opção está sendo testada agora na comunidade Jurucuá. De acordo com o inventor, o filtro purifica a água do rio em 90% antes de chegar à caixa d'água.

O líder da comunidade, Benedito Clemente

de Souza, acredita que, com a água limpa, a comunidade obterá maior valor pela mandioca e farinha que produz, assim como uma melhora na saúde das famílias.

Segundo o diagnóstico socioeconômico realizado pelo ICMBio, a maior incidência de viagens até a sede do município para atendimento de saúde se dá em função de diarreia provocada pela qualidade da água. Agora, com água limpa em casa, esses problemas deverão ser reduzidos, assim como os gastos com combustível, tanto para os barcos que precisam prestar socorro aos doentes quanto com o uso de pequenos geradores fósseis, chamados de motores de luz pelos ribeirinhos amazônicos.

EQUIPAMENTOS

Parte dos equipamentos utilizados nesses sistemas foram módulos, conversores e inversor recebidos em doação do Ministério de Minas e Energia (MME), do extinto Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem). O material estava guardado há quase 20 anos em Furnas, no Rio de Janeiro.

O WWF, com apoio do ICMBio, concorreu ao edital de doação do ministério e ganhou um dos lotes, direcionando todo o equipamento para as duas Resex de Lábrea. No total, esses equipamentos chegam a 35 kW de energia solar fotovoltaica.

“O equipamento funcionou bem, com algumas adaptações, o que mostra a durabilidade e importância. O que antes estava num depósito que não pode ser usado pelo Programa Luz para Todos, agora vai impulsionar a produção sustentável extrativista na Amazônia”, disse a analista de conservação do WWF-Brasil, Alessandra Mathyas.

Além dos equipamentos doados pelo MME, o projeto conta com a parceria das empresas J. A. Solar, que doou painéis, e Schneider Eletric, além do Instituto Mamirauá, do suporte técnico da Usinazul, da Universidade Estadual do Amazonas (campus Lábrea) e da prefeitura local.

ICMBio inaugura novas instalações na Paraíba



Nome do novo auditório homenageia o ex-presidente Rômulo Mello

Na manhã da última sexta-feira (29), o ICMBio inaugurou as instalações da Floresta Nacional (Flona) da Restinga de Cabedelo, na Paraíba. Na nova estrutura funcionam a Coordenação Regional 6 (CR 6), a sede da Flona, a Unidade Avançada de Administração e Finanças (UAAF Cabedelo) e a Procuradoria Federal Especializada (PFE/ICMBio).

O prédio passou por reformas e adequações em virtude de um incêndio ocorrido em julho de 2014. Com a nova sede, servidores e cidadãos que procuram o ICMBio terão mais qualidade de trabalho e atendimento, além de mais segurança e acessibilidade.

HOMENAGEM

A cerimônia de inauguração contou com uma homenagem ao ex-presidente do Instituto, Rômulo Mello, que teve o auditório da nova sede batizado com seu nome. “É muito bom ver o carinho, a gratidão e o respeito pela memória do nosso presidente Rômulo Mello, que foi aqui amplamente homenageado com toda a razão e com todo o prestígio que ele

merece”, destacou a diretora de Planejamento, Administração e Logística, Silvana Canuto, que esteve presente no evento.

Após a cerimônia, foi apresentado no recém-inaugurado Auditório Rômulo Mello o Projeto Demonstrativo de Energia Fotovoltaica da Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, financiado pelo Fundo Nacional sobre Mudança no Clima (FNMC), do Ministério do Meio Ambiente. O projeto funciona atualmente nas novas instalações do ICMBio e já permitiu uma economia de R\$ 8.357 nos gastos de energia do Instituto na Paraíba.



Seminário de Boas Práticas segue com inscrições abertas até 13/10

Estão abertas até o dia 13 de outubro as inscrições para o III Seminário de Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação, que será realizado de 27 a 29 de novembro em Brasília. Promovido pelo Instituto Chico Mendes, o seminário tem como objetivo a troca de experiências bem sucedidas que promovam inovação e mudanças positivas em uma unidade e que possam ser aplicadas em outras.

As parcerias serão o tema central do seminário este ano. “Queremos ressaltar as boas práticas que ocorrem com o apoio das parcerias, que não são só financeiras, mas também técnicas”, destaca a chefe da Divisão de Fomento a Parcerias do ICMBio, Carla Guaitanele.

Nesta edição, ocorrerá também o I Fórum Internacional de Parcerias na Gestão de Unidades de Conservação. A apresentação de experiências de outros países tem a intenção de enriquecer as discussões e proporcionar uma visão da importância global do Brasil em relação à biodiversidade e áreas protegidas.

Servidores federais e estaduais envolvidos na gestão de UCs, bem como seus parceiros – organizações não governamentais, empresas, comunidades, associações, universidades – poderão submeter suas práticas para apresentação durante o seminário.

Outra inovação desta edição é que servidores do ICMBio poderão apresentar propostas de boas práticas que buscam parcerias para sua execução ou o aprimoramento da proposta. “A ideia é que os gestores possam utilizar o momento de intercâmbio como uma oportunidade para buscar parcerias e concretizar as propostas”, diz Guaitanele.

O evento será realizado em parceria com o Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipê), Gordon and Betty Moore Foundation, Pro-

jeto Desenvolvimento de Parcerias Ambientais Público-Privadas (PAPPs) – apoiado pelo Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), Caixa e Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) –, Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ), entre outros.

Todos os parceiros buscam valorizar e estimular o diálogo a partir da divulgação de boas práticas para gestão e colaboram de forma articulada e coordenada para a implementação das UCs e, conseqüentemente, para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

SERVIÇO

Período de realização: 27 a 29 de novembro de 2017

Local de realização: Brasília (DF)

Período de inscrição: 13 de setembro a 13 de outubro

Divulgação dos resultados: 23 de outubro

Os interessados podem acessar o edital e obter mais informações na página do seminário no ambiente virtual de aprendizagem: <https://goo.gl/QJoCpg>

Dúvidas devem ser encaminhadas para o e-mail seminarioboaspraticas@icmbio.gov.br.



Cemave faz censo de aves limícolas migratórias

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave/ICMBio) e o Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS) promoveram, entre os dias 25 e 27 de setembro, o primeiro dos três censos de aves limícolas migratórias da temporada de invernada 2017/2018.

Limícolas são aves geralmente associadas a zonas úmidas costeiras, como estuários e lagunas. Entre elas, estão os maçaricos e batuíras. Nesta época do ano, elas migram do Hemisfério Norte, fugindo do inverno boreal, e param para descansar e se alimentar no Parque Nacional da Lagoa do Peixe.

Além disso, a primavera é o período reprodutivo para algumas espécies, como o piru-piru e maçarico-de-duplo-colar, que formam pares e começam a nidificar nos campos e dunas. A grande diversidade de espécies e demais atributos naturais tornam o Parna da Lagoa do Peixe um local especial para as aves migratórias, que promovem um verdadeiro espetáculo da natureza entre os meses de setembro e abril.

ESPECIALISTAS E VOLUNTÁRIOS

O censo, que contou com a participação de especialistas e voluntários da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), SAVE Brasil, além da equipe do Cemave e do parque, teve como objetivos estimar a abundância e monitorar a migração e o uso dos ambientes encontrados na unidade de conservação – lagoa, praias, campos inundados e secos – pelas aves limícolas.

O trabalho faz parte do projeto Monitoramento das Aves Migratórias em Unidades de Conservação Federais, desenvolvido com recursos do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar), do Ministério do Meio Ambiente, de acordo com o Plano de Ação Nacional (PAN) para a Conservação das Aves Limícolas Migratórias.

“Saber quantas aves estão chegando a cada ano para invernar no Brasil, por quanto tempo ficam e como se distribuem nos habitats considerados críticos é importante para orientar os trabalhos de conservação. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe é sítio de importância internacional para as aves limícolas migratórias e o conhecimento gerado pelo projeto pode subsidiar medidas de gestão da unidade”, explica Danielle Paludo, coordenadora do PAN Aves Limícolas Migratórias.

POPULAÇÕES EM DECLÍNIO

Nas últimas décadas, o declínio de até 80% das populações das diferentes espécies de maçaricos e batuíras que compõem o grupo colocou em alerta os países que participam da rota migratória atlântica dessas aves. Por isso, são estimuladas contagens periódicas, muitas vezes realizadas por voluntários. Elas são importantes para verificar as tendências populacionais e avaliar a eficiência dos esforços conservacionistas.

O Brasil participa de acordos e esforços internacionais para a conservação de aves limícolas migratórias e seus habitats: Convenção para Espécies Migratórias (CMS), Convenção Ramsar para o Desenvolvimento de Áreas Úmidas, Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas (WHSRN) e Iniciativa Pró Aves Limícolas na Rota Atlântica (AFSI).

Os pesquisadores observaram que espécies como o maçarico-acanelado, maçarico-de-

-colete e baituruçu migrantes já chegaram em pequenos grupos nos campos encharcados do parque, enquanto o maçarico-branco, piru-piru, maçarico-grande-da-perna-amarela e maçarico-pequeno-da-perna-amarela predominam nas praias.

O projeto Monitoramento das Aves Migratórias em UCs Federais prevê a realização de mais dois censos durante o período de invernada das aves no Parque Nacional da Lagoa do Peixe – um no meio e outro no final do período, em abril, quando boa parte dos pequenos maçaricos retorna ao ártico para o seu período reprodutivo.

Instituto publica Plano de Pesquisa Geossistemas Ferruginosos da Flona de Carajás

O ICMBio acaba de publicar o Plano de Pesquisa Geossistemas Ferruginosos da Floresta Nacional de Carajás. A publicação trabalha temas prioritários para a pesquisa e diretrizes para ampliação do conhecimento sobre os geossistemas ferruginosos, ambiente singular pressionado pela atividade de mineração de ferro. Acesse o material na íntegra: <https://goo.gl/S8XDo8>.

Mais conhecidos como cangas (cangas hematíticas, cangas ferríferas), por formarem uma carapaça rígida, os geossistemas ferruginosos abrigam plantas com alto grau de especialização e endemismo, cavernas diferenciadas com grande diversidade de espécies restritas, registros arqueológicos relevantes, além de terem importância para os recursos hídricos. No entanto, as cangas de Carajás recobrem também os maiores e mais puros depósitos de minério de ferro do mundo.

A identificação de áreas de canga a serem conservadas na Floresta Nacional de Carajás, exigida no âmbito do licenciamento ambiental e sacramentada no Plano de Manejo da Flona em 2016, resultou do esforço de consolidação do melhor conhecimento disponível sobre a área, reunindo dados de pesquisas exigidas no licenciamento ambiental e de estudos espontâneos conduzidos pela comunidade científica, com envolvimento de profissionais da academia, do ICMBio e da Vale, única empresa que atua na unidade de conservação (UC).

PROJETO CENÁRIOS

Foram realizadas modelagens, ponderando metas de conservação com custos econômicos, que subsidiaram as propostas de novo zoneamento da UC. Essa experiência se deu no âmbito do Projeto Cenários, coordenado pela Diretoria de Biodiversidade (Dibio) do ICMBio, nome resumido para o estudo Estratégia para Conservação da Savana Metalófila da Floresta Nacional de Carajás, realizado a partir de recursos disponibilizados pela Vale como parte das condicionantes do licenciamento da S11D.

A zona de mineração, que antes abrangia 100% da extensão dos geossistemas ferruginosos, no novo Plano de Manejo abarca um terço. Outro terço está hoje inserido na zona de conservação, que em 2017 passou a integrar o Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, ampliando sua proteção. O último terço está na chamada zona de manejo sustentável, em que a prospecção mineral é permitida.

“Apesar dos resultados de conservação alcançados com o novo zoneamento, é preciso manter o esforço de pesquisa realizado no âmbito do licenciamento ambiental, bem como o dos pesquisadores independentes, e orientá-lo de modo a melhor informar o processo decisório. Os dados existentes, tanto sobre biodiversidade como sobre as jazidas, são ainda bastante agregados espacialmente, porque a maioria dos estudos é atrelada

às áreas sob licenciamento. É preciso investir em melhor distribuição dos esforços de pesquisa e na resposta a questões-chave, como o impacto da mineração sobre grupos específicos”, esclarece Kátia Torres Ribeiro, coordenadora geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio e responsável pelo Projeto Cenários.

Ainda segundo Kátia, “os estudos qualificarão as análises em novo ciclo de planejamento e zoneamento no futuro, bem como as manifestações do Instituto nos processos de licenciamento em curso, visando perda mínima de biodiversidade”.

SEMINÁRIO DE PESQUISA

O plano foi elaborado a partir da consulta a pesquisadores e aprimorado pelas apresentações e discussões realizadas no I Seminário de Pesquisa da Floresta Nacional de Carajás, realizado no campus da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), em novembro de 2016, também como parte do Projeto Cenários e com a participação de pesquisadores do projeto, da Vale S.A. e de instituições e empresas de consultoria associadas, além de institutos de pesquisa públicos – UFRA, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Museu Paraense Emílio Goeldi e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Vista aérea da Flona de Carajás (PA)

CR 6 promove IV Encontro de Chefes de UCs Vinculadas



Acervo ICMBio

Evento contou com a participação do presidente Ricardo Soavinski

Entre os dias 26 e 28 de setembro, a Coordenação Regional 6 (CR 6) realizou o IV Encontro de Chefes de Unidades de Conservação Vinculadas à CR. O evento, que aconteceu em João Pessoa (PB), contou com a presença dos chefes e representantes de 32 unidades de conservação (UCs) federais, além do presidente do Instituto Chico Mendes, Ricardo Soavinski, da diretora de Planejamento, Administração e Logística, Silvana Canuto, do procurador federal junto à CR 6, Fábio Guimarães, e da coordenadora regional Carla Marcon.

A CR 6, que abrange UCs localizadas em oito estados do Nordeste brasileiro, aproveitou o encontro para integrar e fortalecer as ações do ICMBio na gestão das unidades da região. Foram discutidas estratégias de atuação e os gestores presentes participaram de palestras, dinâmicas e rodas de conversa. Possibilidades e desafios, sistematização de experiências, trabalho colaborativo, mudanças e planejamento das ações foram alguns

dos temas debatidos ao longo dos três dias de evento.

O presidente do ICMBio compôs a mesa com a diretora da Diplan e palestrou sobre as diretrizes institucionais atuais. Informações e esclarecimentos sobre a gestão do Instituto foram apresentados aos chefes das UCs, que tiveram oportunidade de questionar e debater diversos assuntos com transparência e clareza.

A diretora Silvana Canuto destacou a relevância do encontro: "Estar aqui no âmbito da CR 6, dividindo com os colegas esses três dias, é entender que estamos sempre caminhando para melhorar a gestão e dar melhores condições de trabalho para os servidores. É visualizar de perto um trabalho coletivo em que a equipe se reúne para dialogar, para refletir sobre a sua agenda regional, sem se desligar do contexto das Unidades de Conservação do país", pontuou Silvana.



RODA DE CONVERSA

Com o tema "Trabalhos e oportunidades de pesquisa e conservação da biodiversidade na interação com a gestão de UC", o IV Encontro de Chefes de Unidades de Conservação Vinculadas à CR 6 promoveu uma roda de conversa entre os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e as UCs. Na oportunidade, Cemaive, Cecav, Tamar, Cepene e CPB apresentaram seu universo de atuação, estratégias e dados de pesquisas. O objetivo da roda de conversa foi estreitar as relações com as unidades para fomentar parcerias e impulsionar uma gestão integrada e mais eficiente para o Instituto.

“ A participação dos Centros de Pesquisa neste encontro foi fundamental para apresentar resultados dos principais processos em que temos atuado e que têm profunda interface com a criação e manejo das UCs, a exemplo dos PANs, do Programa de Monitoramento da Biodiversidade, do manejo populacional de espécies ameaçadas e dos próprios projetos de pesquisa, possibilitando vislumbrar perspectivas para maior cooperação entre os diversos tipos de unidades descentralizadas do ICMBio ”

Leandro Jerusalinsky, chefe do CPB

ICMBio e Projeto Albatroz participam de reunião na Nova Zelândia

O Grupo de Trabalho de Populações e Estado de Conservação (PaCSWG4), do Acordo Internacional para a Conservação de Albatrozes e Petréis (Acap), promoveu, no início do mês de setembro, em Wellington, na Nova Zelândia, sua quarta reunião. Durante dois dias, que contaram com a presença do Brasil por meio do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (Cemave/ICMBio) e do Projeto Albatroz, foram discutidas questões sobre o que vem acontecendo no mundo com essas aves, presentes em todos os oceanos do planeta, suas tendências populacionais, bem como atualizações sobre estado atual das ameaças às populações e efetividade das ações de conservação. Mais detalhes podem ser encontrados no endereço do Acap na internet: <https://goo.gl/53R54J>.

O ICMBio faz parte oficialmente desse Grupo de Trabalho desde maio do ano passado, atra-

vés de sua representação técnica do Cemave. Na reunião do PaCSWG/Acap, o Centro desempenhou função-chave, trazendo informações do Brasil sobre as suas espécies migratórias de albatrozes e petréis, como também atuando na vice-coordenação do grupo, além de participar da condução e relatoria da reunião. As ações do Plano de Ação Nacional (PAN) para Conservação dos Albatrozes e Petréis são convergentes com as estratégias e ações do Acap e a aproximação com os países com os quais o ICMBio compartilha fases do ciclo anual dessas aves migratórias fortalece as partes.

ALBATROZES E PETRÉIS

Os albatrozes estão entre as aves voadoras de maior dimensão, podendo chegar a uma envergadura de asas de 3,6 metros. Os petréis são aves de pequeno e médio porte, com menos de 1 metro de envergadura de asas. São

considerados o grupo de aves mais ameaçado e as aves marinhas mais oceânicas, raramente se aproximando da terra, exceto para reprodução. Possuem comportamento colonial, nidificando normalmente em ilhas oceânicas remotas.

Diversas espécies realizam amplos movimentos migratórios e longas viagens de alimentação que cobrem milhares de quilômetros, podendo, por exemplo, circundar o continente antártico. Além disso, são aves de impressionante longevidade. Um albatroz de nome "Wisdom" é reconhecido como a ave em ambiente natural mais velha do mundo, tendo sido anilhada em 1956.

No Brasil, há apenas duas espécies de petréis residentes, ou seja, que se reproduzem em território brasileiro. As demais espécies são os albatrozes e petréis visitantes que, apesar de não se reproduzirem no Brasil, frequen-

tam a costa brasileira para aqui se alimentarem durante longos períodos, todos os anos. Essas espécies interagem fortemente com barcos de pesca oceânica perseguindo as embarcações na tentativa de obter alimento, tanto aqueles advindos do rejeito da pesca quanto aqueles utilizados como iscas pelos pescadores. Ao tentar retirar as iscas dos anzóis, muitas vezes são capturadas incidentalmente e arrastadas para o fundo do mar, morrendo afogadas.

A grande capacidade de deslocamento e a ampla área de distribuição destes Procellariiformes implicam a interferência das atividades pesqueiras no Brasil sobre as populações que se reproduzem na Antártica, ilhas subantárticas, ilhas do Atlântico Sul e também nas populações que se reproduzem nas ilhas da Nova Zelândia a Austrália. Os índices de mortalidade são elevados e as ações previstas no PAN para Conservação de Albatrozes e Petréis visam reduzir essa mortalidade.

Além disso, os petréis residentes sofrem também com a degradação das ilhas, áreas devido à introdução de espécies exóticas pelo homem, como as cabras, que suprimiram a vegetação natural das ilhas. Outras espécies como ratos, gatos e cães predam ovos, ninhos e filhotes. A introdução de espécies exóticas nos locais de reprodução é um dos maiores problemas para considerável parcela das aves marinhas ameaçadas de extinção em todo o mundo.

Analista ambiental publica artigo sobre a fauna da Resex Chico Mendes

O analista ambiental Marco Freitas, atualmente lotado na Estação Ecológica Murici (AL), publicou um artigo científico na revista *Iheringia – Série Zoologia*, da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Também participaram do trabalho os pesquisadores da Universidade Federal do Acre (Ufac) Daniella França, Paulo Sérgio Bernarde e Wherter Pereira Ramalho.



De acordo com Marco Freitas, a pesquisa começou em 2010, quando ele atuava na Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes. Trata-se de um inventário acerca dos anfíbios e répteis presentes na região. “Esse trabalho foi o primeiro a inventariar uma porção da Resex Chico Mendes tendo como foco esses elementos da fauna”, explica Freitas.

Ainda segundo o analista, o artigo mostra a diversidade de anfíbios e répteis em uma área pouco conhecida da Amazônia, perto das fronteiras com o Peru e a Bolívia, e a

influência da sazonalidade climática sobre essa fauna, ou seja, como as variações de calor e chuvas influenciam a quantidade desses animais.

O próximo artigo, também produto da mesma pesquisa, vai mostrar a influência da agrofloresta sobre os anfíbios e répteis. “Como uma parte da coleta de dados foi feita em área de floresta preservada e a outra em área de agrofloresta no Seringal Etelvi, esperamos no próximo artigo mostrar a ‘permeabilidade’ dessa fauna entre a floresta e a agrofloresta”, conclui Marco Freitas.

Clique no link para acessar o artigo: <https://goo.gl/xXfE6S>



Leptodactylus knudseni, uma das espécies encontradas na Resex Chico Mendes

Marcos Freitas

Disat prorroga prazo para inscrição de projetos de Educação Ambiental

Foi prorrogado até o dia 13 de outubro o prazo para envio das propostas relativas à chamada de projetos de Educação Ambiental (EA). A Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial (Disat), por meio da Coordenação Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM), irá selecionar 20 propostas. O prazo inicial terminaria na última quarta-feira (4), mas a Disat decidiu prorrogar para que mais gestores de UCs e das Coordenações Regionais possam se inscrever. As propostas devem ser voltadas ao fortalecimento e implementação de programas, projetos e ações de Educação Ambiental nas unidades descentralizadas do ICMBio. O processo é restrito aos servidores do órgão, mas as atividades de EA são realizadas com vários parceiros externos. Cada proposta selecionada poderá receber o valor

de até R\$ 10 mil. Os recursos são provenientes do Projeto PNUD BRA/08/023.

SERVIÇO:

Os coordenadores/gestores interessados devem preencher os seguintes documentos: Formulário – Proposta de Educação Ambiental (<https://goo.gl/ozb5yv>) e Planilha – Proposta de Educação Ambiental (<https://goo.gl/yTEwXb>), conforme as orientações apresentadas na “Chamada de Projetos de Educação Ambiental” (<https://goo.gl/11WWUx>). Os documentos devem ser encaminhados até o dia 13 de outubro para a Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA) através do e-mail dgpea@icmbio.gov.br.

Deu no DOU

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) da última segunda-feira (2) a Portaria nº 578, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a delimitação de circunscrição das Unidades de Conservação (UCs) federais às Coordenações Regionais. A publicação revoga a Portaria nº 22, de 30 de março de 2011, e altera a localidade da CR 10. Veja o documento completo no link: <https://goo.gl/4BF2Sm>

Resex Acaú-Goiana (PE/PB)





ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Nana Brasil

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayananne Miranda

Diagramação

Ramilla Rodrigues

Supervisora da DCOM

Márcia Muchagata

Colaboraram nesta edição

Marco Freitas – Esec Murici; Danielle Paludo – Cemave; Patrícia Serafini – Cemave; Elmano Cordeiro – DCOM; Ramilla Rodrigues – DCOM; Karina Dino – CGSAM/Disat; Luísa Carvalho – Coordenação Regional 6; Mara Nottingham – CGPT/Disat.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco B - Térreo - CEP: 70670-350 - Brasília/DF
Fone +55 (61) 2028-9280 ascomchicomendes@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

